

## GOVERNANÇA DAS CADEIAS DE ABASTECIMENTO NA AGRICULTURA: NORMAS E AUDITORIAS PARA MELHORAR A SST NO SETOR AGROALIMENTAR EUROPEU

### Antecedentes

Esta nota informativa faz parte do projeto «Leverage Instruments for Occupational Safety and Health - Lift-OSH» [Instrumentos para melhorar a segurança e saúde no trabalho - LIFT-OSH], encomendado pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA). O projeto fornece uma visão geral e estudos de caso aprofundados sobre iniciativas de alavancagem do mercado nos setores agroalimentar e da construção. Analisa igualmente os fatores que influenciam o efeito de alavancagem da segurança e saúde no trabalho (SST) nas cadeias de abastecimento, incluindo normas e certificados para a *governança* da cadeia de abastecimento.

Descreve as normas e a certificação geralmente utilizados na governança da cadeia de abastecimento no setor agroalimentar e destaca os potenciais benefícios para a SST, mesmo quando a SST não é a sua principal intenção e esta parece ter uma relevância limitada.

A nota informativa poderá ser de interesse para decisores políticos, empregadores, gestores e trabalhadores do setor agroalimentar, bem como para aqueles que os ajudam a compreender a aplicação da certificação e normas na governança da cadeia de abastecimento, tais como compradores, consumidores e profissionais de SST.

### A cadeia de abastecimento do setor agroalimentar e a SST

O setor agroalimentar caracteriza-se por desafios relacionados com condições precárias, especialmente para os trabalhadores migrantes ou sazonais que têm frequentemente contratos de curta duração. Os problemas incluem horários de trabalho prolongados, salários baixos e falta de familiaridade com determinados riscos em matéria de SST, tais como o manuseamento de cargas pesadas; o trabalho repetitivo; posturas de trabalho desconfortáveis; escorregadelas, quedas e cortes; produtos químicos utilizados na agricultura; e riscos psicossociais significativos causados por elevada pressão, stresse e monotonia (Jones et al., 2020).

O setor agroalimentar está sujeito a uma extensa regulamentação, em particular no que diz respeito à segurança alimentar dos consumidores e à sustentabilidade ambiental. Estas questões são geralmente abordadas através de parcerias multilaterais, que, inevitavelmente, têm impacto nas relações na cadeia de abastecimento agroalimentar.

A SST é integrada na cadeia de abastecimento através da «governança contratual», ou seja, das diversas formas de procedimentos de adjudicação, contratação, auditoria e monitorização dos processos de trabalho dos fornecedores. As principais práticas de alavancagem contratual relacionadas com a SST são os sistemas de certificação e as auditorias associadas que visam o setor agroalimentar. Consistem numa norma, que constitui a base da certificação, e num sistema de auditoria por terceiros. De um modo geral, as normas baseiam-se em convenções internacionais, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os princípios orientadores das Nações Unidas, as convenções da OIT, os regulamentos setoriais da UE e as legislações nacionais. Incidem sobre temas como o trabalho infantil, o trabalho forçado, a discriminação, a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva, bem como com aspetos relacionados com a SST.

Tabela1: Características de cinco sistemas importantes no setor agroalimentar

Sistema	Prioridades	Aspetos-chave a avaliar	Impactos na SST	Envolvimento de terceiros	Rastreabilidade
1. <b>GlobalGAP e GRASP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Segurança alimentar.</li> <li>Qualidade dos alimentos.</li> <li>Normas laborais/ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação dos trabalhadores</li> <li>Informação sobre os direitos humanos e dos trabalhadores</li> <li>Indicadores dos direitos humanos e dos trabalhadores</li> <li>Proteção das crianças e dos jovens trabalhadores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior produtividade.</li> <li>Rendimentos mais elevados.</li> <li>Melhoria da qualidade.</li> <li>Mais segurança e saúde no trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A auditoria GRASP pode ser realizada juntamente com a da GlobalGAP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Base de dados <i>online</i>.</li> <li>Estado da certificação.</li> <li>Sistema de certificação.</li> <li>Data de expiração.</li> </ul>
2. <b>Código de Conduta da UE para práticas empresariais e comerciais responsáveis do setor alimentar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sustentabilidade alimentar.</li> <li>Refletir a estratégia «do prado ao prato» e o Pacto Ecológico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dietas saudáveis, equilibradas e sustentáveis.</li> <li>Reduzir o desperdício de alimentos.</li> <li>Uma cadeia alimentar com impacto neutro no clima.</li> <li>Uma cadeia alimentar eficiente em termos de recursos.</li> <li>Uma economia circular otimizada?</li> <li>Criação de valor sustentável na cadeia de abastecimento alimentar da UE através de parcerias.</li> <li>Crescimento económico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego e trabalho digno.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sustentabilidade e económica.</li> <li>Sustentabilidade e do emprego.</li> <li>Locais de trabalho seguros e inclusivos.</li> <li>Trabalho digno através da melhoria da resiliência e da competitividade.</li> <li>Apoiar a formação, a melhoria de competências ou a requalificação.</li> <li>Inclusão dos trabalhadores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As associações relevantes ajudam a divulgar o código aos seus membros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Todos os signatários estão listados na página Web relevante para a UE.</li> <li>Grandes empresas - relatório anual.</li> <li>PME – relatórios simplificados em 2-3 anos.</li> </ul>

Sistema	Prioridades	Aspetos-chave a avaliar	Impactos na SST	Envolvimento de terceiros	Rastreabilidade
3. <b>SA8000</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicável a toda a cadeia: empresas focais, fornecedores e subcontratantes</li> <li>• Identificações e ações proativas de riscos.</li> <li>• Ainda não se aplica às pequenas explorações agrícolas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho infantil</li> <li>• Trabalho forçado</li> <li>• Discriminação</li> <li>• Liberdade de associação.</li> <li>• Direito à negociação coletiva.</li> <li>• SST.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar as relações entre os trabalhadores</li> <li>• Maior produtividade e qualidade.</li> <li>• Facilitar a deteção de riscos.</li> <li>• Reduzir acidentes de trabalho.</li> <li>• Aumentar o controlo da cadeia de abastecimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auditorias de vigilância a cada 6 meses</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A certificação tem uma duração de 3 anos</li> <li>• Lista de organizações certificadas.</li> </ul>
4. <b>SEDEX (SMETA)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidade social e sustentabilidade.</li> <li>• Melhoria contínua das relações entre compradores e fornecedores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Normas laborais.</li> <li>• SST.</li> <li>• Ambiente.</li> <li>• Ética empresarial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As auditorias centram-se na SST em pormenor.</li> <li>• Permite a identificação dos pontos fracos das condições existentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auditorias.</li> <li>• Fornecer ferramentas de governança (por exemplo, mapeamento da cadeia de abastecimento, ferramentas de avaliação dos riscos).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inscrição na plataforma SEDEX.</li> </ul>
5. <b>BSCI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão da cadeia de abastecimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Liberdade de associação.</li> <li>• Negociação coletiva.</li> <li>• Trabalho forçado e infantil.</li> <li>• Luta contra a discriminação</li> <li>• Remuneração justa.</li> <li>• Horário de trabalho flexível.</li> <li>• SST.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eficácia da cadeia de abastecimento.</li> <li>• Redução de riscos.</li> <li>• Segurança dos trabalhadores.</li> <li>• Produtividade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auditorias completas e auditorias de acompanhamento</li> <li>• A frequência da auditoria depende da pontuação da auditoria da empresa.</li> <li>• Os auditores também realizam pesquisas, visitam empresas e recolhem informações e dados necessários.</li> </ul>	<p>Plataforma BSCI:</p> <p>adicionar os produtores, mapear a sua cadeia de abastecimento e acompanhar o desempenho.</p>

**Boas práticas**  
**Exemplo de um notável retalhista dinamarquês:**  
**Iniciativa de Conformidade Social Empresarial**  
**(BSCI - *Business Social Compliance Initiative*)**

Os requisitos de responsabilidade social, ambiental e ética do retalhista dinamarquês estão definidos no respetivo código de conduta, que é comparado com o código de conduta da iniciativa multilateral BSCI e assenta em convenções e princípios internacionais.

A empresa pretende cumprir estes requisitos anexando o código de conduta a todos os acordos comerciais contratuais que a empresa focal estabelece com os seus fornecedores. Os fornecedores que assinam o acordo comercial devem assegurar que a produção dos seus produtos e a aquisição de matérias-primas e serviços cumprem o código de conduta.

O cumprimento do código de conduta por parte dos fornecedores é monitorizado e acompanhado através de uma abordagem baseada no risco. Até 2019, apenas os fornecedores sediados em países classificados como países de risco na Classificação de Risco de Países da BSCI eram obrigados a comprovar a conformidade com o código de conduta, através de uma certificação de terceiros. Com base nesta lista, a Roménia seria atualmente o único país europeu classificado como país de risco. No entanto, depois de a empresa focal ter tido conhecimento de alguns casos mediáticos de grande visibilidade no sul da Europa, em que trabalhadores migrantes vítimas de más condições de trabalho eram explorados, a empresa focal solicitou a certificação BSCI de terceiros a todos os seus fornecedores de Portugal, Espanha e Itália. No entanto, os fornecedores não têm de organizar uma auditoria BSCI se já tiverem documentação de auditoria de uma das seguintes normas: Social Accountability International (SAI), Social Accountability 8000 (SA8000), Ethical Trading Initiative (ETI), Global Good Agriculture Practices (GlobalGAP), Risk Assessment on Social Practice (GlobalGAP GRASP), Initiative Clause Social (ICS), SEDEX Members Ethical Trade Audit (SMETA), Sustainability Initiative of South Africa (SIZA), Worldwide Responsible Accredited Production (WRAP).

Na secção das frutas e produtos hortícolas, todos os fornecedores devem possuir uma certificação GlobalGAP válida que abranja práticas agrícolas responsáveis: entre outros requisitos, os fornecedores devem avaliar sistematicamente os riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, abordar os pontos identificados nas avaliações dos riscos com procedimentos e sessões de formação dos trabalhadores, dispor de orientações claras sobre a utilização de produtos químicos perigosos, fornecer aos trabalhadores equipamento de proteção individual e assegurar que as máquinas e os veículos de transporte de mercadorias são bem conservados e utilizados de acordo com os requisitos legais.

## Implicações práticas

### A certificação e as normas continuam a ser importantes

- A certificação e as normas reforçam a adesão da cadeia de abastecimento à SST e às condições de trabalho conexas, ao mesmo tempo que comunicam as creditações aos compradores e consumidores finais. Os compradores e os clientes finais podem compreender melhor os resultados, principalmente através de logótipos de certificação reconhecidos, e, deste modo, fazer escolhas informadas na sua aquisição de bens e serviços.
- É útil nos casos em que um comprador não pode auditar diretamente as empresas fornecedoras devido à localização geográfica. Ao delegar o dever de auditoria a um terceiro acreditado situado no país do fornecedor, o comprador pode avaliar os fornecedores através da simples verificação dos certificados e dos documentos associados.
- Existem potenciais benefícios adicionais: melhor acesso aos compradores, melhores posições de negociação, atualizações técnicas e poupança de tempo devido à menor necessidade de múltiplas auditorias.

### As limitações da certificação e das normas atuais

- Os sistemas de certificação podem não melhorar necessariamente as condições de trabalho dos trabalhadores agroalimentares; os estudos indicam que as auditorias podem não se centrar especificamente nos aspetos de SST ou nas condições de trabalho. Por exemplo, dos cinco sistemas de certificação descritos, a GRASP e a auditoria ética do comércio dos membros do SEDEX podem potencialmente complementar os sistemas nacionais de inspeção de SST, o que pode ter um impacto positivo na SST. Por conseguinte, a utilização da certificação deve ser complementada por outras medidas, tais como a regulamentação nacional e a participação dos trabalhadores.
- A auditoria de certificação é comum nas grandes explorações agrícolas da cadeia de abastecimento global, mas pode não ser aplicável nas explorações mais pequenas, onde as condições de trabalho precisam de ser melhoradas. Uma das razões possíveis é o elevado custo do processo de certificação e as taxas de acumulação associadas para as auditorias seguintes. Além disso, o processo pode ser longo e demorado para os pequenos fornecedores que não dispõem de recursos suficientes para se prepararem para a certificação.
- A existência de uma grande variedade de normas, que exigem frequentemente que os fornecedores cumpram várias normas paralelas, desperdiça recursos e conduz a um cansaço provocado pelo excesso de auditorias.

### O papel dos governos e dos decisores políticos

- Os governos e os decisores políticos podem desempenhar um papel de «guardiões» para dar credibilidade a normas voluntárias. A participação dos governos e dos decisores políticos pode incentivar a transparência na definição das normas e assegurar que o processo seja inclusivo e justo.
- Se os decisores políticos e as partes interessadas do setor fundirem ou unificarem os sistemas de certificação e auditoria com funções e objetivos semelhantes, será mais fácil para os fornecedores selecionarem a norma que melhor lhes convém. O número de auditorias subsequentes também pode ser reduzido, a fim de poupar tempo e esforço.
- Se possível, os decisores políticos e os peritos governamentais devem ajudar a simplificar o processo de certificação, o que pode incentivar a participação de mais pequenos fornecedores.

## Referências bibliográficas

Amfori. (2019). *Our Members*. <https://www.amfori.org/content/our-members>

Ciliberti, F., de Groot, G., de Haan, J. & Pontrandolfo, P. (2009). Codes to coordinate supply chains: SMEs' experiences with SA8000. *Supply Chain Management: An International Journal*, 14(2), 117-127.

Comissão Europeia. (2021). EU Code of Conduct on Responsible Food Business and Marketing Practices: *A common aspirational path towards sustainable food systems*. [https://food.ec.europa.eu/horizontal-topics/farm-fork-strategy/sustainable-food-processing/code-conduct\\_en](https://food.ec.europa.eu/horizontal-topics/farm-fork-strategy/sustainable-food-processing/code-conduct_en)

GlobalGAP. (2015). *GRASP General Rules*.

[https://www.globalgap.org/.content/galleries/documents/190429\\_GRASP\\_Add-on\\_GR\\_V1\\_3-1\\_en.pdf](https://www.globalgap.org/.content/galleries/documents/190429_GRASP_Add-on_GR_V1_3-1_en.pdf)

GlobalGAP. (2017). *GRASP Guideline for Retailers*.

[https://www.globalgap.org/.content/galleries/documents/170830\\_GRASP\\_Guideline-for-Retailers\\_en.pdf](https://www.globalgap.org/.content/galleries/documents/170830_GRASP_Guideline-for-Retailers_en.pdf)

Gurzawska, A. (2020). Towards responsible and sustainable supply chains – innovation, multi-stakeholder approach and governance. *Philosophy of Management*, 19(3), 267-295. <https://doi.org/10.1007/s40926-019-00114-z>

- James, P., Johnstone, R., Quinlan, M., & Walters, D. (2007). Regulating supply chains to improve health and safety. *Industrial Law Journal*, 36(2), 163-187. <https://doi.org/10.1093/INDLAW/DWM002>
- Jones, A., Jakob, M., McNamara, J., & Teutenberg, A. (2020). *EU-OSHA: Review of the future of agriculture and occupational safety and health (OSH): Foresight on new and emerging risks in OSH* [European Risk Observatory Report]. <https://doi.org/10.2802/769257>
- Mook, A., & Overdeest, C. (2021). What drives market construction for fair trade, organic, and GlobalGAP certification in the global citrus value chain? Evidence at the importer level in the Netherlands and the United States. *Business Strategy and the Environment*, 30(7), 2996-3008. <https://doi.org/10.1002/bse.2784>
- Olejniczak-Szuster, K. (2019) The implementation of the SA8000 standard by contemporary enterprises. *Management Issues*, 2(82), 170-185. [https://www.researchgate.net/publication/333136088\\_The\\_Implementation\\_of\\_the\\_SA8000\\_Standard\\_by\\_Contemporary\\_Enterprises](https://www.researchgate.net/publication/333136088_The_Implementation_of_the_SA8000_Standard_by_Contemporary_Enterprises)
- Social Accountability International. (2023). *SA8000 Standard*. Social Accountability International (SAI). <https://sa-intl.org/programs/sa8000/>
- Santos, G., Murmura, F., & Bravi, L. (2018). SA 8000 as a tool for a sustainable development strategy, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(1), 95-105. <https://doi.org/10.1002/csr.1442>
- SEDEX. (2021). SMETA Audit. <https://www.sedex.com/our-services/smeta-audit/> Short, J. L., Toffel, M. W., Hugill, A. R., Allen, C., Galvin, J., Mccaffrey, E., & Rivera, C. (2020). Improving working conditions in global supply chains: The role of institutional environment and monitoring program design. *Industrial & Labor Relations Review*, 73(4), 873-912. <https://doi.org/10.1177/0019793920916181>
- TÜV Rheinland (2021). *Questions and answers about SMETA Sedex audits*. <https://www.tuv.com/content-media-files/master-content/services/systems/1444-tuv-rheinland-sedex-audit-according-to-smeta/tuv-rheinland-sedex-audit-smeta-faq-en.pdf>
- Van Tulder, R., Van Wijk, J., & Kolk, A. (2009). From chain liability to chain responsibility: MNE approaches to implement safety and health codes in international supply chains. *Journal of Business Ethics*, 85(SUPPL. 2), 399-412. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9742-z>
- Williamson, O. E. (1991). Comparative economic organization: The analysis of discrete structural alternatives. *Administrative Science Quarterly*, 36(2), 269-296. <https://doi.org/10.4324/9781315486253-13>
- Williamson, O. E. (2008). Outsourcing: Transaction cost economics and supply chain management. *Journal of Supply Chain Management*, 44(2), 5-16. <https://doi.org/10.1111/J.1745-493X.2008.00051.X>

Autores: Wanja Öhler e Yanbing Chen.

Gestão do projeto: Dietmar Elsler, Annick Starren, Lothar Lieck - Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA).

A presente nota informativa foi encomendada pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA). O seu conteúdo, incluindo quaisquer opiniões e/ou conclusões expressas, é da responsabilidade exclusiva do(s) seu(s) autor(es) e não reflete necessariamente os pontos de vista da EU-OSHA.

Nem a Agência Europeia nem qualquer pessoa que aja em seu nome assumem responsabilidade por eventuais utilizações da informação que se segue.

© Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, 2024

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

A utilização ou reprodução de fotografias ou de outro material não protegido por direitos de autor da EU-OSHA deve ser autorizada diretamente pelos titulares dos direitos de autor.